

Meio Ambiente e Desenvolvimento

por Beatriz Mattos



O BRASIL NOS RANKINGS GLOBAIS

Crescimento econômico, desenvolvimento humano e proteção ambiental não necessariamente caminham juntos no contexto brasileiro.

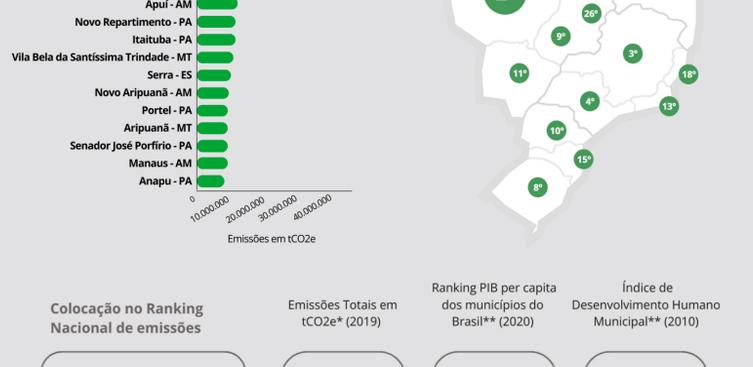
Apesar de figurar na 12ª posição no ranking das maiores economias do mundo e apresentar um Índice de Desenvolvimento Humano considerado alto pelo PNUD (2022), o desempenho brasileiro cai sensivelmente no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) – que abarca as desigualdades entre a população no que diz respeito à expectativa de vida, à educação e ao rendimento. De acordo com o relatório mais recente do PNUD (2022), o país possui um IDH de 0,754, o que o coloca na 87ª posição no ranking global, contudo, considerando a métrica de desigualdade adotada, a performance brasileira cai para 0,576 (PNUD, 2022) (Mattos, 2023).

O país também se posiciona entre os maiores emissores globais de efeito estufa (GEE). De acordo com o levantamento conduzido pelo PNUMA (2022), o país figura na 7ª colocação global entre os maiores emissores e sobe para o 4º lugar em termos de emissão per capita (Mattos, 2023).



RANKING DAS EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA, RENDA PER CAPITA E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)

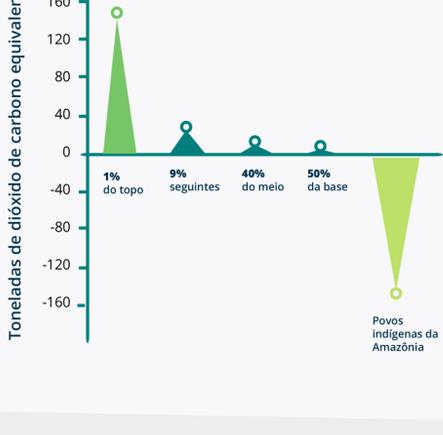
Os dados abaixo dizem respeito ao ranking de municípios e estados brasileiros que apresentam maiores índices de emissões de GEE. Em sua grande maioria, esses municípios se localizam na região norte do país, tendo a floresta amazônica como parte de seus territórios. A tabela também apresenta dados sobre o Produto Interno Bruto per capita e do Índice de Desenvolvimento Humano de cada um desses municípios. O objetivo deste gráfico seria contrastar as altas emissões de GEE desencadeadas pelo desmatamento com os significativos indicadores de pobreza e de baixo desenvolvimento humano verificados nessas localidades.



Fontes: Tabela confeccionada pela própria autora, com base nos dados* retirados da Plataforma SEEG, disponível em: <https://seeg.eco.br/> e do banco de dados do IBGE**, disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>

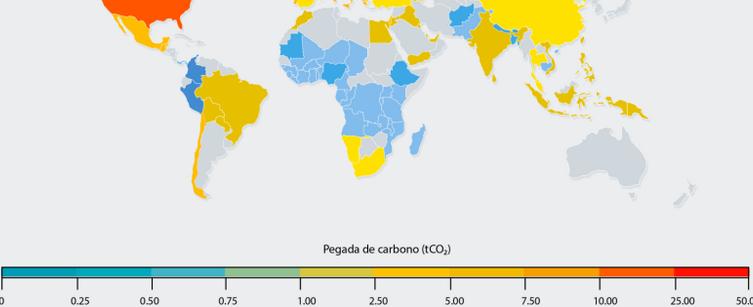
EMISSÕES INDIVIDUAIS DE GEE PER CAPITA

O Gráfico ao lado apresenta dados sobre a contribuição dos povos indígenas para a mitigação das mudanças climáticas. O gráfico compara as emissões individuais per capita dos povos indígenas – consideradas negativas em virtude da atuação desses povos em prol da preservação das florestas, garantindo sua capacidade de absorver GEE da atmosfera – com as emissões individuais dos 1% mais ricos, 9% seguintes, 40% intermediários e 50% mais pobres (PNUD, 2020).



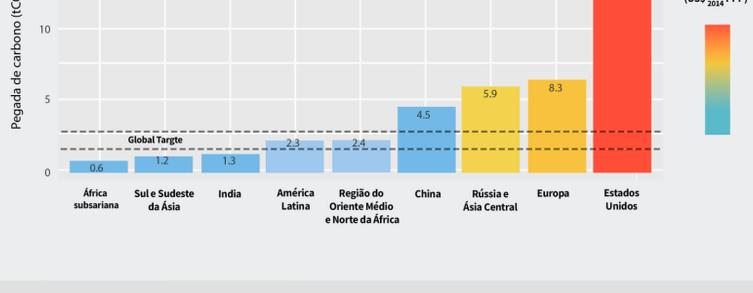
A DESIGUALDADE GLOBAL EM TERMOS DE PEGADA DE CARBONO

Pegada de carbono dos 116 países representados no World Bank Consumption Dataset (os países em cinza não possuem dados). Conforme indicado pela escala de cores, os maiores emissores globais de GEE se localizam majoritariamente no hemisfério Norte, enquanto os países que menos contribuem para com as emissões de gases do efeito estufa se localizam, em grande parte, no hemisfério Sul, em especial, no continente africano. Vale notar que apesar de se configurarem como aqueles que menos contribuem com emissões de GEE na atmosfera, são justamente os países do Sul Global que tendem a sofrer os impactos mais significativos das mudanças climáticas (Bruckner et al., 2022).



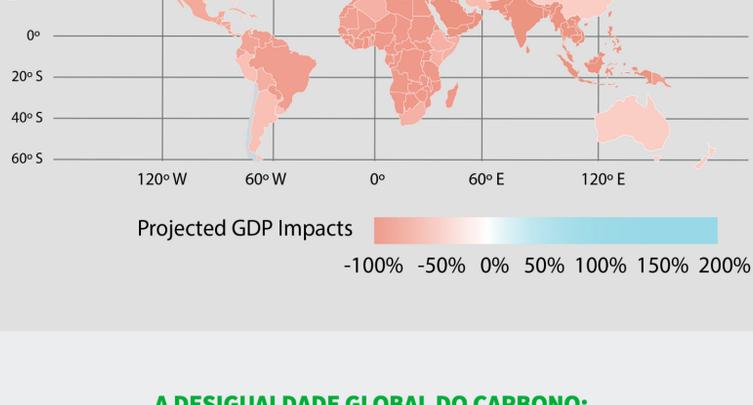
Pegada de Carbono e Paridade do Poder de Compra (PPP, sigla em inglês), indicada pela escala de cores, para seis regiões e três países. Estados Unidos, Europa, Rússia e Ásia Central apresentam as maiores pegadas de carbono assim como maiores índices de PPP. A China, por sua vez, também apresenta uma pegada de carbono elevada, no entanto, um menor índice de PPP. As demais regiões como MENAT (Oriente Médio, Norte da África e Turquia), América Latina, Sul e Sudeste Asiático e a África Subsaariana, além da Índia, apresentam pegadas de carbono consideradas mais baixas e menores índices de poder de compra (Bruckner et al., 2022)..

A linha pontilhada representa a faixa de emissões que deve ser alcançada para garantir o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global entre 1,5°C e 2,0°C.



PROJEÇÃO DE IMPACTOS NO PIB EM DECORRÊNCIA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS ATÉ 2100

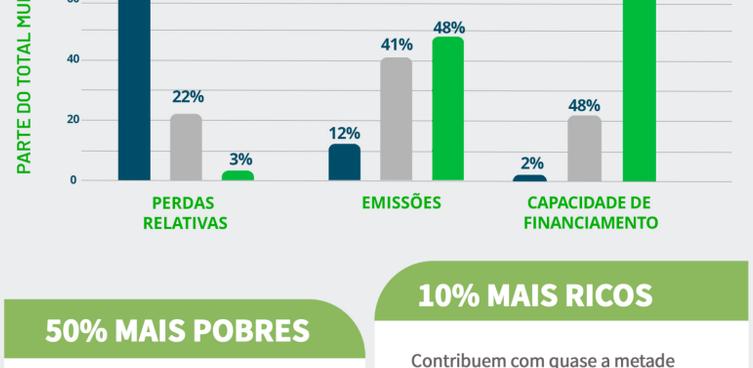
Nota-se que os prejuízos mais severos tendem a ser verificados em países do Sul Global, com prováveis implicações em termos de agravamento de desigualdades, enquanto nos países do Norte, os impactos tendem a ser mais modestos. No caso de alguns países localizados nas extremidades do hemisfério Norte, que apresentam temperaturas mais baixas, as estimativas são de que as mudanças climáticas resultem no aumento da produtividade, ocasionando efeitos econômicos positivos (Chancel et al., 2023).



A DESIGUALDADE GLOBAL DO CARBONO: PREJUÍZOS ECONÔMICOS, EMISSÕES E CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA

O Gráfico abaixo apresenta dados referentes aos segmentos mais pobres, intermediário e mais rico da população mundial. Para cada um desses grupos são apresentados os respectivos níveis de emissão de GEE, a exposição a prejuízos econômicos derivados das mudanças climáticas e a capacidade de financiamento de medidas de adaptação.

Os dados evidenciam que aqueles que emitem menos GEE enfrentam maiores prejuízos econômicos derivados das alterações climáticas e dispõem de menos recursos para se adaptar aos seus efeitos (Chancel et al., 2023).



50% MAIS POBRES

Contribuem com apenas 12% das emissões globais de GEE, ao passo em que são expostos a 75% dos prejuízos econômicos derivados das mudanças climáticas e possuem apenas 2% dos recursos necessários para financiamento

10% MAIS RICOS

Contribuem com quase a metade das emissões globais, sendo responsáveis por 48% do total de emissões, no entanto, arcam com apenas 3% dos prejuízos relativos às mudanças climáticas.*

* Por perdas ou prejuízos econômicos foram considerados as estimativas de redução do Produto Interno Bruto.

Recomendações Políticas para o Brasil

- ### 1. PROMOÇÃO DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO, CENTRADO NAS PESSOAS E NA NATUREZA

Promoção de esforços de reflexão e análise, baseados em evidências científicas e nos conhecimentos das populações tradicionais e envolvendo diferentes atores da sociedade, em busca de novas estratégias de desenvolvimento, capazes de aliar a proteção ambiental à promoção de melhores condições de vida para a população.
- ### 2. AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS DEBATES NACIONAIS SOBRE A JUSTIÇA CLIMÁTICA E AMBIENTAL

Investir na qualificação e estimular a participação equitativa de grupos minoritários – como mulheres, indígenas, quilombolas, pessoas negras – nos espaços de debate e tomada de decisão sobre os rumos das políticas socioambientais, permitindo, assim, que as populações que mais sofrem as injustiças ambientais tenham suas demandas consideradas pelos órgãos públicos e que assumam protagonismo na proposição de soluções para seus problemas cotidianos.
- ### 3. REVISÃO DO PLANO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO

Remodelar o Plano Nacional de Adaptação, conforme instituído pela Portaria nº 150 em 2016, de forma que iniciativas de adaptação às mudanças do clima sejam contempladas por diferentes políticas públicas – abrangendo áreas como educação, saúde, agricultura, energia, habitação, transporte, etc – considerando, sobretudo, as vulnerabilidades que se sobrepõem em certos territórios e na vida de determinados grupos sociais.
- ### 4. REVISÃO DA CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA (NDC) BRASILEIRA.

Considerando que a maior parte das emissões de GEE nacionais advém do desmatamento, é necessário conferir ênfase às políticas de prevenção e combate aos ilícitos ambientais, mediante ao fortalecimento dos órgãos de comando e controle ambiental. No mais, é fundamental que se invista na transformação da matriz energética nacional, cortando subsídios aos combustíveis fósseis, aperfeiçoando os sistemas de transporte públicos e gerando incentivos para a produção de energias de fontes renováveis, sem, contudo, imprimir danos e pressões adicionais aos grupos já vulneráveis.